

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos uma análise da penetração do ideário neoliberal e pós-moderno nas políticas públicas em educação a partir da reengenharia social empreendida na reforma do Estado no Brasil nos anos de 1990 e a ciência geográfica como instrumento crítico de análise da conjuntura contemporânea. O estudo está organizado em seis capítulos. No primeiro capítulo, a preocupação incide em apresentar a construção histórica do pensamento geográfico, evidenciando seu caráter crítico frente à atuação do Estado. No segundo capítulo, buscamos analisar a articulação entre as transformações empreendidas no capitalismo nas últimas décadas que repercutem na organização da sociedade como um todo. Desse modo, analisamos o processo produtivo sob a lógica Taylorista/Fordista e, em seguida, sob a lógica do Toyotismo, apresentando alguns pressupostos políticos e econômicos da acumulação flexível que engendram o Neoliberalismo. No terceiro capítulo, fizemos uma análise da ideologia Pós-moderna como um conjunto de princípios teórico-metodológicos de caráter ideológico que se fortalece no bojo do Estado Neoliberal, examinando sua origem e sua pregação acerca de uma nova (i)racionalidade. No quarto capítulo, analisamos a reforma do Estado brasileiro a partir da influência do ideário Neoliberal e Pós-moderno, evidenciando a reengenharia social empreendida sob a perspectiva da eficiência mercadológica exigida, preconizada por diversos órgãos internacionais multilaterais e a influência desta nova racionalidade nas políticas públicas educacionais brasileiras. No quinto capítulo, apresentamos o universo metodológico, uma vez que optamos por trabalhar com assertivas que propiciam um melhor desenvolvimento na análise do discurso do professores. No sexto capítulo empreendemos uma discussão sobre a ciência geográfica e a análise da prática escolar frente ao ideário Neoliberal e Pós-moderno através dos discursos empreendidos pelos docentes sujeitos da pesquisa. Para tanto, dividimos a análise em três categorias, na primeira buscamos analisar a atuação destes professores frente ao ideário em discussão através da materialização das políticas públicas em educação hodiernas. Na segunda categoria analisamos o perfil discente preconizado por tal ideologia e a sua influência na relação professor-aluno. Na terceira categoria analisamos a utilização

da ciência geográfica para, em sala de aula, agir criticamente frente às preposições da prerrogativa Neoliberal e Pós-moderna. Por fim, buscamos explicitar que este novo princípio de racionalidade que pautou a reforma do Estado brasileiro não possui outra finalidade senão as consecuições da sociedade capitalista atual, em que a educação e outras atividades sociais têm função primordial no controle social, sob o ponto de vista ideológico.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Neoliberalismo. Pós-modernidade. Ciência Geográfica.

ABSTRACT

In this work, we presents an analysis of Neoliberal and Postmodern system in education public politics from the social reorganization attempted in Brazil State reform in 90's years and the geographic science as a critic instrument of the analysis of contemporaneous conjuncture. This study is organized in six chapters. In the first chapter, the worry happen in the presentation of an historical construction of the geographical thought, put in evidence its critic character in front of the State performance. In the second, we analysed the articulation of transformations undertake in the capitalism in the last decades that has reflection in the society organization as a whole. Thys, we analyse the productive process under the logician Tauloristic/Fordistic, and after that, under the logician of Toytism, introducing some politic and economic projects of the flexible accumulation that generate the neoliberalism. In the third, we make an analyse of the Postmodern ideology as a conjoint of theorist-methodological principles of ideologic character consolidated on the Neoliberal State projecture, searching its origin ant its preachment about a new (i)rationality. In the fourth, we analysed the Brazilian State reformulation emanate from the influence of Neoliberal and Postmodern ideate, to put in evidence the social reorganization undertake under a perspective of the marketing efficiency required, preconized by many multilateral international organs and the influence of this new rationality in Brazilian public politics in education. In the fifth, we present the methodologic universe, since we choose to work with positive statement that rendered favorable a better progress in the analyse the discourse of the professors. In the sixth, we undertake a discussion about the geographic science and the analyse of the scholar practice in front of Neoliberal and Postmodern ideate by meanst of the discourse make by educators subjects of this research. So that, we divide the analysis in three categories, first we search the performance of this professors in front of the ideate in discussion through of materialization of public politics in the modern education. The second category, we analysed student profile preconized by such ideology and its influence in the professor-student relationship. In the third category we analyse the utilization of geographic sciences for, in classroom, to act criticiselly in front of the propositions of Neoliberal and Postmodern

prerogative. In the end, we search to explain that this new beginning of rationality that regulate the reformulation of the Brazilian State do not possess any finality that the consecution of the present capitalist society, were the education and others social activities has the primordial function in the social control under the point of view ideological.

Key Words: Educational Public Politics. Neoliberalism. Postmodernity. Geographic Science.

INTRODUÇÃO

O pensamento geográfico, em seu estágio atual de desenvolvimento, possui uma diversidade teórico-metodológica considerável, com fundamentos, muitas vezes, incoerentes e pouco sistemáticos.

Vivemos na plenitude do Capitalismo, uma vez que sua velocidade de transformação, bem como sua espacialização global, nunca foram presenciadas com tamanha incidência na história. Concepções geográficas são construídas, destruídas e renovadas em uma velocidade jamais vista. Com isso, a ciência da “relação homem-meio” é chamada a contribuir neste processo de entendimento de uma economia planetária em pleno funcionamento.

Para além das acepções geográficas, estamos diante de um mal-estar em relação ao (plano) pensamento em geral, mais especificamente, daquele dotado da razão iluminista enquanto base de fundamentação da dinâmica do mundo contemporâneo.

Com efeito, a ciência geográfica não foge a tal dinâmica, pelo contrário, algumas de suas construções atuais, maravilhadas com o ritmo intenso das transformações no tempo e no espaço, negam escalas e diluem as condições periféricas do Capitalismo.

A Pós-modernidade, o “capitalismo tardio” (JAMESON, 2004), no atual momento, configura-se na concepção de negação do passado como se vivêssemos em um outro - e completamente diferente - mundo.

Esse fenômeno atual que assombra o pensamento geográfico (ou melhor, assombra o pensamento em geral), enquanto corrente, é comumente denominado de pós-modernidade.

A idéia de uma universalidade geográfica das práticas sociais (a constituição de um espaço geográfico como uma “totalidade empírica”, nos termos de Milton Santos) anima juízos finalizadores acerca das divisões e subdivisões da superfície terrestre, minando o conteúdo objetivo de conceitos disciplinares clássicos, como região e território, que cada vez mais estão sendo definidos como referentes à esfera da consciência dos sujeitos individuais. Uma antropologização excessiva do quadro conceitual básico da geografia é a expressão maior de tal orientação, que tem na crítica e na recusa do Estado como agente social um ponto de convergência. Nesse sentido o território das “revoluções moleculares” é subjetivo, e o espaço dos

“esquizofluxos” é uma experiência pessoal e a região uma evocação sentimental (e tudo flui no etéreo mundo dos discursos e das representações, no qual não devemos assumir posturas valorativas). Eis o suave caminho de legitimação acadêmica do estabelecido, “do mundo prático” (em termos habermasianos). (MORAES, 2006, p. 42).

Tal excerto aponta com maestria o atual momento vivido pela ciência em geral e, mais especificamente, da ciência geográfica.

Partindo desta premissa, nossa preocupação neste trabalho foi procurar apontar como a geografia escolar tem respondido a este fenômeno. Para tanto, a tese que nos orienta baseia-se na concepção de que a ciência geográfica, devido as suas categorias de análise como espaço, tempo, território, região, lugar – por ser a ciência da “relação homem-meio” – uma vez que estuda o espaço modificado pelo homem, tem subsídios teórico-metodológicos, em sua estrutura, para identificar tais premissas e atuar criticamente sob seus aspectos, sem ser instrumento de legitimação do ideário a qual está submetida.

Sabemos que por razões alicerçadas em comprometimentos ideológicos com os interesses da classe dominante, além de razões epistemológicas e metodológicas, o discurso geográfico foi amplamente distorcido em seu percurso histórico, tornando seu objeto, uma vez que pretendia abarcar em seu ideário “o universo da superfície terrestre” e, conseqüentemente, seu discurso, indefinido e, por vezes, de extrema fragilidade.

Portanto, a posição metodológica e ideológica que assumimos neste trabalho assenta-se na concepção de um espaço geográfico como totalidade¹, produzido através das lutas dos contrários e na centralidade do trabalho.

Este tema justifica-se uma vez que, graças a uma crise estrutural do Capitalismo houve uma reestruturação e recriação de modelos político-econômico-culturais, como o Neoliberalismo e a concepção pós-moderna. Tais premissas foram justificadas pela concepção de que o Estado, e conseqüentemente suas esferas, passavam por uma crise de ineficiência.

¹ Nas palavras de Horiestes Gomes “Se nós entendermos que o ser humano é dialeticamente natural/social, social/natural, o que subentende se reproduzir, simultaneamente, como sociedade e como natureza, (pois ele é o agente histórico da transformação do mundo material/espiritual), fica relativamente fácil considerar esta realidade objetiva una como totalidade que representa o território da relação do homem-meio, e em cujo âmbito se insere o espaço produzido, objeto de estudo da ciência geográfica”. (1990, p. 16).

Fato este que atingiu os sistemas educativos, transformando-os em produtos da nova sistemática de consumo imposta pela incidência latente da globalização do capital e pela ideologia que o fundamenta.

O objetivo central deste trabalho foi o de, através das práticas, discursos e posições adotadas pelos professores de Geografia da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, analisar o efeito de tais reformas no ensino, como também analisar as práticas e formas de resistência frente a tais políticas.

Com efeito, para empreendermos esta análise foi mister buscarmos identificar, em seu processo histórico, que o pensamento geográfico esteve sempre permeado pelas funções delimitadas nas roupagens do Estado Capitalista, sendo subserviente ou sendo instrumento de denúncia de suas mazelas.

Desse modo, para tanto, no primeiro capítulo abordamos o pensamento geográfico como um todo, sintetizando os principais contextos históricos acerca da construção da ciência geográfica, apresentando assim suas premissas e acepções enquanto ciência humana.

Assim, analisamos o pensamento de Ritter e Humboldt, autores que formaram o arcabouço teórico da Geografia tradicional, influenciando inúmeras teorias que os sucederam. Na mesma esteira, analisamos a Geografia Moderna através de seus mais célebres pensadores, a saber, Ratzel e La Blache, onde se constitui um discurso sistematizado sob a disciplina e se alcança legitimação acadêmica.

Apontamos também, neste capítulo, os aspectos fundantes da Geopolítica, demonstrando sua acepção teórica clássica que dá origem a este pensamento, tido por alguns autores como Yves Lacoste, como a verdadeira Geografia, para depois, analisar a busca da criticidade contemporânea, apresentando os questionamentos a Geografia Tradicional, passando pela Nova Geografia, como a Pragmática, concluindo com a apresentação da construção da denominada Geografia Crítica.

Assim, em seguida, buscamos apresentar as características do Estado Neoliberal, uma vez que este modelo converge às aspirações do Capital para o estágio hodierno das sociedades ocidentais, entre elas, o Brasil.

Destarte, no segundo capítulo, discutimos a formação do Estado Neoliberal. Para isso analisamos a transição do modo de produção fordista para o modelo pós-fordista de acumulação flexível (Toyotismo).

Dentro desta perspectiva, analisamos as principais escolas Neoliberais, ou seja, a Public Choice e a escola de Chicago, apresentando seus principais pensadores, Frederich August Hayek e Milton Friedman.

A partir desta análise, demonstramos que as profundas alterações do modo de produção capitalista modificaram substancialmente as atividades dentro de um contexto social e cultural.

Uma vez que estas alterações trouxeram uma grande mudança sócio-político-culturais, empreendemos uma análise acerca da concepção de pós-modernidade ancorada em suas principais premissas, tomando-a como expressão ideológica do atual presságio de acumulação do capital, uma vez que a pós-modernidade propõe um conjunto de orientações “teórico-metodológicas” que acabam celebrando o mercado e a sua efemeridade, situação típica do Neoliberalismo e da Globalização.

Desse modo, no terceiro capítulo analisamos as mudanças político-culturais em curso, oriundas do modelo de pensamento neoliberal, que foram denominadas de Pós-modernidade.

Nesse sentido, demonstramos o surgimento deste conceito e o início de seu movimento de mudanças, para, em seguida, caracterizar esta corrente de pensamento.

Na mesma linha, apresentamos sua perspectiva científica e sua análise da história para, em seguida, analisar a caracterização da individualidade pós-moderna.

Trazendo a influência do modelo Neoliberal e Pós-moderno no Brasil, apresentamos, no capítulo quatro a Reforma do Estado empreendida, a partir dos anos de 1990, no país para adequar-se as prerrogativas deste ideário.

Neste sentido, demonstramos que houve uma reengenharia social que alterou as premissas do Estado elegendo o mercado como tábua de salvação do país, expondo o Estado como grande vilão da crise capitalista vivida a partir dos anos de 1980.

Assim, demonstramos como esta reforma alterou o quadro educacional brasileiro, onde suas políticas educacionais foram amplamente influenciadas pelos organismos multilaterais internacionais que elencaram competências fundamentais para a nova era, como flexibilidade, trabalhar em grupo, adaptar-se a novas situações.

Para atingir a proposta deste trabalho, optou-se por utilizar como instrumento metodológico, a aplicação de assertivas para verificação de opiniões, uma vez que o objetivo é analisar o impacto das políticas neoliberais e pós-modernas na atuação do professor que ensina geografia e as mudanças no seu cotidiano de trabalho, mesmo que estes não tenham clareza total acerca do Neoliberalismo e da Pós-modernidade.

Dessa maneira, as afirmativas foram elaboradas a partir do referencial teórico apresentado, seguindo o critério de clareza e objetividade inerente a essa metodologia. Frente às assertivas, os professores participantes poderão concordar totalmente, parcialmente, ou discordar, sendo necessária uma justificativa para tais posicionamentos, bem como podem manifestar ausência de conclusões sobre a afirmação apresentada.

Com efeito, o quinto capítulo apresenta este universo metodológico, demonstrando a questão do método, elucidando a utilização das assertivas em suas respectivas categorias de análise, a posição na escolha dos sujeitos e das unidades de análise.

No sexto capítulo empreendemos uma análise, fazendo uso da aplicação do instrumento metodológico, acerca da penetração do ideário neoliberal e pós-moderno e a atuação docente frente a estas premissas.

Analisamos também a construção do indivíduo pós-moderno e a problematização na relação professor aluno-aluno advinda das prerrogativas ideológicas na formação do sujeito atual.

Por fim, buscamos identificar, frente a este ideário, como o professor utiliza a ciência geográfica como instrumento de análise desta conjuntura, seja em uma perspectiva crítica, seja legitimando as premissas contemporâneas, antecedendo as considerações finais que objetivam, por sua vez, enfatizar as contribuições, implicações e limitações da pesquisa que por ora se apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e analisar as relações advindas do ideário neoliberal e pós-moderno acerca dos processos educacionais empreendidos no Brasil a partir da reforma do Estado engendrada na década de 1990, sob a ótica do professor de Geografia.

Desse modo, partimos da premissa de que a ciência geográfica, por suas características e categorias de análise, possui condições teórico-metodológicas de apresentar a realidade com todas suas contradições, não sendo assim, no âmbito escolar, instrumento de legitimação das políticas hodiernas de forma acrítica.

Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico que desse sustentação ao tema proposto, evidenciando historicamente o posicionamento de ciência geográfica e suas formas de analisar a realidade, bem como apresentando o ideário neoliberal e perspectiva político-cultural advinda deste modelo denominado de pós-modernidade, para, em seguida, buscar sua influência no Brasil e a penetração deste ideário na atuação dos docentes de Geografia no ensino fundamental público.

Pressupõe-se que a perspectiva teórica não apenas orienta o olhar do pesquisador, mas primordialmente põe a análise dos dados em evidência.

Optamos, no plano metodológico, pela utilização de assertivas para a obtenção da perspectiva dos docentes acerca dos impactos dessas políticas em seu ambiente de trabalho, analisando as perspectivas de atuação frente a esta realidade.

Ainda em relação ao método, procuramos dividir os professores participantes em duas categorias, a primeira composta por docentes com até cinco anos de experiência e a segunda, com experiência de, no mínimo quinze anos, a fim de evidenciar se existem diferentes concepções, uma vez que aqueles com menos experiência advém de uma formação nas prerrogativas da reforma do Estado brasileiro para adequação ao modelo neoliberal.

Este delineamento da pesquisa proporcionou uma análise mais completa dos dados obtidos, garantindo que a pesquisa atendesse seus objetivos e possibilitando novas indagações acadêmico-científicas.

Os dados obtidos sugerem uma diferenciação de perspectivas também em relação ao nível de formação intelectual dos sujeitos da pesquisa, merecendo investimento em pesquisas futuras.

Ainda em relação às limitações, o número reduzido de sujeitos não possibilita uma generalização quanto à natureza da relação que se estabelece entre o ideário neoliberal e pós-moderno e os docentes de Geografia do ensino fundamental da rede pública de Ribeirão Preto-SP.

Os resultados da presente pesquisa sugerem encaminhamentos futuros, visto que o processo de construção do conhecimento científico é contínuo e as respostas encontradas, provisórias.

É notório que as políticas educacionais brasileiras seguiram, em seu corpo, o processo econômico vivido no país, atrelando-se sempre às necessidades da reprodução do capital em seus momentos históricos e, hodiernamente, a relação não é diferente.

Com efeito, esta discussão ultrapassa o sentido estrito de educação, atingindo, como pano de fundo, o Estado contemporâneo e sua relação com a sociedade civil, mais especificamente, entre o Capital, sob a roupagem do Estado Neoliberal, e as interfaces deste modelo nas questões sociais.

No presente,

Instaura-se a incerteza, mas o capital está convicto e cheio de certezas de como e onde deve atacar, e os conceitos [...] que envolvem o pós-industrial, pós-moderno, sociedade do conhecimento, alicerçam e decretam o fim da razão e da história em nossa sociedade, apontando a globalização advinda das políticas neoliberais como a única e definitiva saída para todos os problemas sociais e econômicos contemporâneos. A esfera política não deu conta desta superação, mas o mercado dará; assim, toda a regulação de nossa sociedade fica por conta deste e de suas categorias, inclusive as políticas sociais que passam a se constituir não mais em um investimento coletivo, mas sim individual, luta de indivíduos para erradicação de sua condição de pobreza ou de inferioridade, e qualquer posicionamento contrário a esta hegemônica filosofia não passa de um delírio, um suspiro da razão falida. (ARCE, 2001, p. 257).

E, como bem salienta a autora, a educação não foge a estes preceitos, ela é de suma importância na formação do homem competitivo, adaptando-se, sendo tecnicamente flexível, prova maior do investimento do mercado no Capital

Humano, esvaziando-o enquanto indivíduo coletivo e tornando-o um competidor no mercado.

No que tange a esta discussão, é importante salientar que a expansão escolar brasileira sempre foi movida por uma relação de força entre os anseios populacionais e os anseios governistas, ou seja, não importa o tempo histórico ou a forma de governar dos políticos, estes tem apenas reagido às pressões populares, pressões estas que conseguiram melhorias para a educação nacional.

Também torna-se importante evidenciar, uma vez que estamos mergulhados no ideário neoliberal e pós-moderno, que para além do discurso da eficiência, as experiências comunitárias e as iniciativas educacionais organizadas pelo poder local, produzidas no tão celebrado microespaço, têm sido muitas vezes desastrosas e não se apresentam como o condão mágico que trará melhoria às condições educacionais atuais.

Com efeito, tais iniciativas não substituem com vantagem a educação pública oficial, por mais questionável que seja sua qualidade.

Concomitantemente, no discurso que emerge destas ideologias, a flexibilização surge com a função estratégica de suprimir direitos garantidos constitucionalmente, abrindo terreno para a desconsideração das lutas históricas dos trabalhadores – e da humanidade como um todo – e de suas conquistas.

Alicerçada ainda pela ideologia da qualificação para o trabalho na sociedade globalizada, flexibilizar é sinônimo de desemprego e gerenciar significa desestabilizar.

A estonteante pregação neoliberal/pós-moderna oculta a regressão histórica enquanto gênero humano, necessária para a aceitação de seus postulados de forma não-crítica.

Com isso, novos vocábulos impregnados da ideologia de veneração às forças de mercado, como competência e habilidades, glorificam a proposição de competitividade como ideal, mesmo em educação, tornando a realidade uma competição onde apenas os mais fortes sobreviverão, sob pena de extermínio aos mais fracos.

Convivemos sob a alarmante condição de nossa educação; a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou no dia 24 de setembro de 2008 que 84,5% das crianças de 8 a 14 anos que não

sabem ler freqüentam a escola. Esta porcentagem equivale a 1,1 milhões de educandos. (LAGE; NOGUEIRA; 2008).

Na esteira da concepção neoliberal e pós-moderna, Cláudio de Moura e Castro aludiu, tanto na televisão (Globonews) quanto em veículo jornalístico escrito (Folha de São Paulo) sua opinião desmedida de que a culpa da mazela educacional brasileira está no professor.

Na defesa da concepção neoliberal de educação, tal autor assume que “A aprovação automática não atrapalha o pobre e pode tirar o medo do aluno de classe média de levar bomba no fim de ano”. (LAGE; NOGUEIRA; 2008, p. C1).

Continua o autor “A qualidade da escola é assustadora. Falta aos professores aprender a dar aula”. (LAGE; NOGUEIRA; 2008, p. C1).

O professor, hodiernamente, foi colocado, individualmente, como o grande culpado pela ineficiência da educação pública, factóide construído para esconder a deficiência pública do Estado mínimo.

Este professor desqualificado, que precisa “aprender a aprender”, “aprender a dar aula”, via de regra não teve sua formação intelectual e profissional feita a esmo e de forma assistemática, muito pelo contrário, sentou-se nos bancos das escolas e faculdades brasileiras.

Públicas ou privadas, tais instituições são, a rigor, autorizadas e fiscalizadas, por inúmeros sistemas fiscalizatórios, ou colocando melhor, de controle do Estado, ficando a formação educacional sob a égide da percepção de seus mandatários, apontando assim os destinos da educação brasileira.

O sujeito, o professor, fica refém de tal situação, pois sua referência está naquilo que a escola e a faculdade apontam como necessário para o exercício profissional e de cidadão.

Entretanto, mascara-se a responsabilidade estatal sob as ideologias pós-modernas construídas para dar sustentação às prerrogativas do mercado, edificando no indivíduo, no professor, o culpado pelo fracasso do sistema.

O professor não é sozinho a única referência do processo educativo, mas é a mais sensível, por isso é necessário resgatá-lo para alcançarmos o urgente aprimoramento do sistema educacional.

A escola é o espaço em que se transmite o saber histórico acumulado pela sociedade, objetivando formar e habilitar o indivíduo, para que possa (re)construir a sociedade.

Como a escola pública está estabelecida sobre estruturas capitalistas, ela distancia-se cada vez mais de sua função e significado, ou seja, instituição social formadora de cidadãos livres e autônomos.

As entranhas deste ideário espalharam-se de forma alarmante, uma vez que a sociedade – e, nesse sentido, também o professor – acaba tolerando, e pior que isso, aceitando estas prerrogativas, como a da competência individual, da incompetência do outro, da sociedade do conhecimento etc., como verdades.

Com efeito, conclui-se na primeira categoria de análise que os docentes, em especial aqueles formados nas premissas neoliberais e pós-modernas a partir da reforma do Estado brasileiro, entende que a culpa pela educação pública ruim não se centra em uma formação deficitária empreendida sob os vieses de uma pragmatização mercadológica que enxuga sua qualificação, mas consiste na ineficiência dos docentes, não em sua própria, mas na do “outro” docente, ou seja, que a incompetência dos demais docentes impede o exercício satisfatório de sua competência. Tal afirmação foi sentida, com maior intensidade, nos professores de menor experiência.

Percebeu-se também que o docente não vislumbra a centralização das decisões estratégicas em educação empreendida pelo Estado Neoliberal e da desconcentração das obrigações para sociedade. Pelo contrário, ele enxerga como válidos programas de participação voluntária da comunidade na escola.

Acerca das políticas públicas empreendidas sob a prerrogativa dos organismos internacionais multilaterais, como a Progressão Continuada, os docentes demonstram uma completa indignação, posicionando contrariamente à aceção de aprovação automática.

Os docentes também não vislumbraram a melhoria social aludida na formação da Social Democracia, advinda das propostas da reforma do Estado, em que a desobstrução do Estado burocrático traria benefícios à população em geral, uma vez que o país estaria se adaptando ao que Mary Rute Gomes Esperandio (2007) chamou de “Capitalismo Cognitivo”.

Na segunda categoria, vislumbrou-se que o professor entende o indivíduo pós-moderno como um sujeito contemplativo e salienta a necessidade de se combater esta aceção; entretanto, assume a figura do indivíduo flexível, adaptável e consumista como o perfil do aluno de sucesso para a atualidade, assumindo assim, as prerrogativas pragmáticas do mercado.

Na terceira categoria, vislumbra-se a maior contradição a que estes docentes estão inseridos, uma vez que entendem que a Geografia possui em seu bojo um arcabouço teórico que deve ser utilizado na demonstração das mazelas do Estado Neoliberal, mas não vislumbram a submissão dos currículos às ideologias de mercado.

Apontaram a necessidade de afirmação de que princípios sociais se fundam em construções coletivas como estratégia para superação das condições sociais dos estudantes, entretanto, concordam em ensinar conteúdos diferentes para alunos com expectativas diferentes, condizentes com sua realidade específica, individualizando assim aquilo que deverá ser ensinado.

Ainda, nesse sentido, assumem a prerrogativa de ensinar Geografia a partir do local, analisando ser esta a única forma do aluno entender a questão do espaço, além de descontextualizar e compartimentar o que se ensina ao desconsiderar o processo histórico que os criou, tornando-os conhecimentos consagrados de forma universal.

Com isto, assumem a ideologia pós-moderna de ensinar de forma atemporal, desassociando assim os contextos políticos e econômicos que geraram as contradições associadas a estas análises. Desse modo, apresentam a ciência geográfica de forma pragmática, destituindo, dessa forma, seu poder crítico de análise.

Percebe-se, na fala dos professores de Geografia, a penetração do ideário neoliberal e pós-moderno, e que a hegemonia destes preceitos intensificou as insatisfações e as inseguranças acerca das condições sociais impostas ao seu trabalho e, conseqüentemente, a sua vida pessoal.

As falas demonstram que estes docentes estão influenciados por esta ideologia, mas ainda possuem ações de resistência, o que torna suas respostas ambíguas e, muitas vezes, contraditórias.

Com efeito, como salienta Madalena Guasco Peixoto (1998), a sociedade pós-moderna é a sociedade do determinismo local, da heterogeneidade dos elementos, da pragmática das partículas, e o professor de Geografia da rede pública de Ribeirão Preto-SP – ao edificar a concepção do local como a (única) unidade de análise do saber geográfico, de aceitar que existem conceitos educacionais diferenciados para alunos também diferentes entre si, ao aceitar o divórcio dos conteúdos a serem ministrados da história que os criou e de assumir o

individualismo como a premissa da construção social hodierna – assume as prerrogativas neoliberais e pós-modernas na sua condução laborativa.

Desse modo, em uma perspectiva pós-moderna, que Deus nos ajude.